


INSTITUTO  
  
**Documentação**  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Fonte: Diário de Cuiabá (MT)  
 Data: 19/2/1998 Pg. \_\_\_\_\_  
 Class.: UMR00001

**LUX JORNAL**

**DIÁRIO DE CUIABÁ**  
 CUIABÁ - MT

PUBLICADO EM:

19 FEV 1998

190 152 1814

01 5

**ÍNDIOS**

# Fiscais da Fema são feitos reféns pelos umutinas em Barra do Bugres

*Os fiscais entraram na aldeia para verificar se os índios estavam pescando e vendendo peixe na piracema*



**ANSELMO CARVALHO PINTO E SÉRGIO ROBERTO**  
 Da Reportagem e Sucursal de Tangará

Nove fiscais da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema), do Ibama e da ong Sadep foram mantidos como reféns por índios umutinas, em Barra do Bugres, 200km a noroeste de Cuiabá, por cerca de 20 horas. Entre os reféns estava o chefe de fiscalização da fundação, José Benedito de Jesus. Os reféns só foram liberados às 21h30, após a Funai intermediar acordo entre índios e órgãos de fiscalização ambiental.

A reação dos índios foi motivada por uma fiscalização que Fema, Ibama e Sadep realizavam na aldeia a fim de inibir a pesca e a comercialização de peixes. Os índios querem liberdade para pescar em qualquer época do ano, mesmo na piracema, que termina no final do mês.

Pelo acordo firmado, a Fema se responsabilizou por consertar um caminhão dos índios e de ajudá-los a comercializar diretamente o pescado em Cuiabá. Em contrapartida, os umutinas estão proibidos de vender peixe para atravessadores.

A detenção dos fiscais foi descoberta porque moradores da cidade viram os índios dirigindo a F-1000 e a Toyota da Fema no

*Índios rikbaktas, da região de Julna, no norte do estado, querem financiamento para produzir palmito de forma ecológica e economicamente sustentável*

centro da cidade. O diretor-técnico da Fema, Dailor Romio, viajou ontem à tarde para Barra do Bugres a fim de negociar a liberação dos reféns. "Eles estavam andando com nossos carros", disse Romio, por telefone, antes de embarcar.

A aldeia, onde vivem aproximadamente 200 índios - entre umutinas e parecis - fica às margens dos rios Paraguai e Bugres, a 10km de Barra do Bugres. Toda a sustentação dos índios vem da pesca e caça.

**AUTORIZAÇÃO** - De acordo com a Funai de Tangará da Serra, os fiscais não tinham nenhuma autorização para entrar na área indígena e por isso foram retidos. A explicação da Fema é que eles foram detidos em um trecho da MT-234, que liga Barra do Bugres ao trevo de Jangada.

Nos últimos dias, Fema e Polícia Florestal haviam intensificado a fiscalização do pescado irregular. Em menos de duas semanas foi apreendida mais de 1,5 tonelada de peixe, originária de Barra do Bugres.

A primeira apreensão conseguiu interceptar uma C-10 com aproximadamente 800 quilos de pescado. José Marlon Galante, Silvestre Gonçalves de Queirós e Vandi Nunes de Arrudá foram presos.

Numa outra barreira, sábado passado, mais 800 quilos foram apreendidos. Luís Cesar Brandão foi preso quando tentava atravessar com o peixe em uma caminhonete C-10.

A Polícia Florestal descobriu que os dois carregamentos pertenciam a Florindo Tadeu Favaro. Ele está foragido. A polícia descobriu que o Gol utilizado como batedor pelos atravessadores na primeira apreensão havia sido alugado pela mulher de Favaro.

A apreensão dos dois carregamentos levou a Fema à aldeia dos umutinas, que estariam vendendo o peixe para Favaro. Lá, ele pagava de R\$ 0,80 a R\$ 1 o quilo. O pescado acabava sendo comercializado depois por Favaro a R\$ 8 o quilo. Além de negociar o pescado com os índios, Favaro teria doado a eles dois motores de popa, um de 25 cavalos de potência e outro de 15.

## Rikbaktsas buscam apoio do Prodeagro para projeto

CAMILA BINI  
Da Reportagem

"Este foi o primeiro passo", afirmou Nelson Mutzie Canoeiro, membro da Associação Indígena Rikbaktsa (ASIRIK), que está em Cuiabá desde sexta-feira passada (13) para a entrega à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan) do projeto de manejo florestal e beneficiamento de palmito da associação.

Se aprovado, o projeto dos rikbaktsas deve receber recursos do Banco Mundial por meio do Programa de Apoio Direto a Iniciativas Comunitárias (Padic). A idéia é unir o desenvolvimento auto-sustentado à preservação cultural e ambiental de duas áreas rikbaktsas de 228.384 hectares e que constantemente sofrem pressão das frentes de exploração de recursos florestais do noroeste do estado, na região de Juína.

Em 93, a ASIRIK requisitou e recebeu ajuda de entidades não governamentais e da Comunidade Econômica Européia para a realização de um trabalho de diagnóstico de desmatamento que contou com mapeamentos das áreas por satélite e pesquisas de

### Etnia quase foi exterminada por doenças

Da Reportagem

Os rikbaktsas são antigos habitantes da bacia do rio Juruena, no norte mato-grossense. Fazem parte do tronco lingüístico "macro-jê" e foram "descobertos" pelos brancos na década de 50, quando resistiram à presença de uma das frentes de extração de borracha.

O território rikbaktsa compreendia cerca de 50 mil quilômetros quadrados de floresta tropical, mas com a "pacificação" dos jesuítas (entre 1957 e 1962) e a ocupação por frentes pioneiras, a etnia ocupa hoje o equivalente a 10% da área tradicional.

Epidemias de gripe, sarampo e variola dessa mesma época exterminaram 75% de uma popula-

ção de cerca de 1.300 pessoas. A partir de 1970, as crianças rikbaktsas começaram a ser enviadas para o Internato Jesuíta de Utiariti, no rio Papagaio. Atualmente a etnia resume-se a 950 índios.

Os rikbaktsas ocupam duas áreas. A maior (de 148.450 hectares) é a Área Indígena Japuíra, no município de São José do Rio Claro, entre o rio Arinos e o Juruena. Criada em 1985, é conhecida como "área nova". Já a "área velha" ou Área Indígena Rikbaktsa foi criada em 1968, tem 79.934 hectares e fica entre o rio do Sangue e o rio Juruena, no município de Brasnorte. A demarcação da região do "Escondido" depende apenas de verba do Prodeagro e é esperada para o início deste ano. (CB)

campo.

Em outro estudo que teve como alvo os rikbaktsas, engenheiros da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) apontaram algumas alternativas econômicas auto-sustentadas para a comunidade além da extração de palmito. Entre elas

figuravam a exploração de castanha, a apicultura, a produção de sementes florestais e óleo de copaíba, a extração de borracha e a piscicultura.

Atualmente existem mais de 70 mil pés de palmito plantados pelos rikbaktsas, além dos nativos. Com o beneficiamento e a

industrialização, os rikbaktsas esperam gerar cerca de R\$ 10 mil por mês.

De acordo com o cronograma do projeto, assim que as verbas foram liberadas (cerca de R\$ 140 mil pelo Padic), tem início a etapa de treinamento de cerca de 40 interessados da comunidade. Paralelamente à fase de treinamento e capacitação, será realizado um inventário etnoflorestal das áreas rikbaktsas para que se determine os locais ideais para o plantio de novos pés de palmito.

"Em 99, estaremos vendendo o produto industrializado", garantiu Nelson, que adiantou que o palmito sempre foi consumido internamente pelos rikbaktsas. Todos os recursos que começarem a entrar com o projeto serão aplicados na solução dos principais problemas de infra-estrutura das aldeias... saúde, transporte, educação etc.

Além da Seplan, o projeto foi encaminhado ainda ao Ministério Público Federal, Ibama e Funai. "Todos reagiram bem, ainda não houve problemas", garantiu Nelson. "Está na hora das comunidades indígenas mostrarem sua cara e começarem a andar com as próprias pernas", pontuou Nelson.